

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2008**-----

-----Aos dezoito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e oito, nesta cidade de Almeirim e na Sala das reuniões do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha e José Carlos da Silva.-----

----- Não compareceu a Senhora Vereadora Maria Joana Baptista Vidinha, cuja falta foi considerada justificada.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No período antes da ordem do dia usou da palavra a Senhora Vereadora Manuela Cunha que perguntou se existiram problemas neste Concelho, nomeadamente na zona dos restaurantes, causadas pelas fortes chuvadas que se fizeram sentir a noite passada, mais questionou quais os custos para o Município de Almeirim do livro publicado pelo vigéssimo aniversário da CULT.-----

----- Relativamente à primeira questão o Senhor Vice-Presidente respondeu que contactou os Bombeiros Voluntários de Almeirim, os quais o informaram que não foram registadas quaisquer chamadas relacionadas com o mau tempo que se fez sentir nessa noite. Em relação à segunda questão o Senhor Presidente informou que não houve quaisquer custos.-----

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício solicita mais uma vez a remoção urgente do seu e-mail institucional. Em relação à edição do jornal o Mirante de quinze de Janeiro do corrente ano,

a páginas vinte e cinco, leu os seguintes esclarecimentos:-----
-----" Proposta de Auditoria Externa - O Senhor Presidente da Câmara, na última reunião do Executivo, a propósito de um requerimento, por mim apresentado, com o único objectivo de esclarecer os nossos Municípios sobre um assunto que deveria ser publicamente explicado, entendeu, ao invés de me entregar essa proposta por escrito e devidamente documentada, conforma legalmente está obrigado, dar as explicações verbais que entendeu e que, como se tem demonstrado no passado, podem ou não ser verdadeiras.-----

----- Não satisfeito com 'esse gesto magnânimo de dar explicações', a quem quer que seja, que cada vez tem mais dificuldades em levar a cabo, aproveitou o 'desnorte instalado' e acusou-me, levianamente, de favorecimento em concursos e consultas, enquanto Presidente do Conselho de Administração da empresa pública municipal.-----

----- Sobre a mesma matéria, prestou declarações, publicadas no jornal "O Mirante" de quinze de Fevereiro a páginas vinte e cinco de que junto cópia, que põe em causa o meu bom nome e que constituem uma difamação pública, utilizando mais uma vez os meios públicos para fins de interesse particular.-----

----- Desta vez ainda foi mais longe ao envolver, também, alguns empresários nados e criados no nosso Concelho que, podem e devem pedir-lhe explicações por esta actuação do senhor presidente da Câmara.-----

----- Envolveu, também, o Senhor Vereador José Carlos Silva que negociou pessoalmente, enquanto vereador responsável pela organização e Vice Presidente do C.A. da ALDESC, EM, o serviço de refeições do Pão, Vinho & Companhia, de dois mil e seis e que comigo e com o Senhor Jorge Careca constituíram o júri na concessão do Bar da Zona Norte o no Bar das Piscinas Municipais.-----

----- Esperava que depois de já ter envolvido a Senhora Vereadora Joana Vidinha (constituída arguida num processo judicial patrocinado por si e cujo objectivo é tentar atingir-

me) e de ter envolvido directamente o Sr. Vereador Pedro Ribeiro na violação da minha correspondência particular, desta vez tivesse algum cuidado em não voltar a dar tiros nos pés.-----

----- O que me espanta de facto já não é essa elevado noção que tem de equipa de trabalho e de respeito para quem consigo trabalha, o que me espanta mesmo é que o continuem a fazer e que em caso algum contestem, mesmo quando os atinge directa e duramente.-----

----- Ora, como não aceito de quem quer que seja lições de integridade e muito menos de quem tem utilizado a mentira (despacho do TAFL) e a invasão criminosa da minha privacidade (violação e divulgação pública da minha correspondência particular), em nome da honestidade, do rigor e da transparência a que devem estar sujeitos todos os que exercem cargos públicos e de acordo com o estipulado na alínea d) do número sete do artigo sessenta e quatro da Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A de dois mil e dois de onze de Janeiro, de dois mil e dois, e de acordo com o previsto no número um e dois de artigo vinte da lei dois, de dois mil e sete de quinze de Janeiro de dois mil e sete, proponho que - na próxima Reunião do Executivo Camarário - seja incluída na Ordem de Trabalhos a seguinte proposta: -----

----- Considerando que a discussão da corrupção, nas suas mais diversas modalidades, está na agenda política nacional e que, as Autarquias têm sido sistematicamente enxovalhadas, associando-lhe procedimentos muito duvidosos, importa que: -----

----- Em nome da transparência a que estamos legalmente obrigados, e a fim de esclarecer as recentes declarações do Sr. Presidente da Câmara, proponho, ao abrigo das minhas competências legais, a realização de uma auditoria externa a todos os procedimentos de concursos, de atribuição de subsídios, de estabelecimento de protocolos, de elaboração de contratos, da contratação de avenças, etc., quer no âmbito da Câmara Municipal de Almeirim, quer no âmbito da ALDESC, EM, no decurso do actual

mandato". -----

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- Actas - Foram postas a aprovação as seguintes actas: de sete de Janeiro do corrente ano - o Senhor Vereador Francisco Maurício refere que a páginas doze, a intervenção do Senhor Presidente está incompleta pelo que solicita que seja integralmente transcrita. -----

----- Acta de vinte e um de Janeiro do mesmo ano, foi aprovada por maioria, com a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha, por não ter participado na reunião.-----

----- O Senhor Presidente propôs a inclusão do expediente geral para a presente reunião, que por lapso não foi referida na Ordem de Trabalhos.-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----A Câmara deliberou contabilizar as deslocações dos autocarros ao serviço das seguintes entidades: Igreja de Benfica do Ribatejo, duzentos e oitenta e oito euros e dezasseis cêntimos; Escola de Foros de Benfica, cinquenta e um euros e cinquenta e um cêntimos; Escolas de Benfica do Ribatejo, cinquenta e dois euros e vinte e seis cêntimos; Escola da Tapada, trinta e oito euros e setenta e seis cêntimos; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Natação, quinhentos e oitenta euros e noventa e nove cêntimos; Escolas Moinho de Vento e Tapada, oitenta e sete euros e vinte e sete cêntimos; Lar de S. José, duzentos e quarenta e cinco e setenta e dois cêntimos; Escola Moinho de Vento, cento e sessenta e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos; Escola de Cortiçóis, cinquenta euros e setenta e seis cêntimos; Escolas P Três e Cortiçóis, cento e vinte e sete euros e dezanove cêntimos; Escola P Três e Benfica, cento e trinta e três euros e trinta e

seis cêntimos; Confraria Gastronómica de Almeirim, quatrocentos e sessenta euros e trinta e três cêntimos; União Futebol Clube de Almeirim, cento e vinte e sete euros e trinta e oito cêntimos; Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Andebol, duzentos e noventa e seis euros e oitenta e dois cêntimos; Associação Desportiva Paço dos Negros, cento e sessenta e sete euros e oito cêntimos; Hóquei Clube "Os Tigres", duzentos e dezanove euros e oitenta e oito cêntimos; transporte de reclusos de Alcoentre para Almeirim, a prestar serviço na Autarquia, três mil, quinhentos e sessenta e oito euros e doze cêntimos.-----

----- Às quinze horas e dezanove minutos, entrou o Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

----- PCP - A Câmara tomou conhecimento do fax do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, dando conhecimento da carta dirigida à Comissão de Saúde, solicitando reunião com a Senhora Ministra da Educação com vista à discussão de questões relativas à política do seu Ministério.-----

----- ANMP - Foi presente a circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando documento aprovado pelo Conselho Geral da Associação de Municípios Portugueses referente ao projecto de lei eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e distribuiu pelos autarcas
fotocópia dos documentos.-----

----- PEDIDO DE ADIANTAMENTO - Foi presente a carta de Joaquim Alberto Bento Silva Casimiro Leandro, funcionário desta Autarquia que na sequência de um sinistro que sofreu em dois mil e seis ao serviço da Câmara Municipal, está neste momento a auferir o vencimento mensal. Em virtude da seguradora ter cessado os pagamentos encontra-se a aguardar Junta Médica a fim de avaliar a sua incapacidade para desta forma poder ser

indemnizado. Contudo, as suas despesas estão a agravar-se devido à sua incapacidade de trabalhar, originando os gastos das suas poupanças. Assim, solicita à Autarquia que lhe conceda um adiantamento de dois mil e quinhentos euros, comprometendo-se a liquidar a referida importância logo que receba a citada indemnização.-----

----- É acompanhado do parecer do jurista, que a seguir se transcreve:" A pretensão do requerente não pode ter qualquer acolhimento. -----

----- Com efeito, o adiantamento pretendido, constitui um empréstimo concedido ao funcionário, que é um apoio financeiro.-

----- Ora, nos termos da alínea o) e p) do número um do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, a concessão de apoio financeiro ou a atribuição de subsídios apenas é possível a instituições legalmente constituídas pelos funcionários ou criadas ou participadas pelo Município.-----

----- Por outro lado, a atribuição de subsídios ou apoios de outra natureza (bolsas de estudo, fomentos desportivo, cultural ou recreativo) assenta em normas regulamentares que, de modo geral e abstracto, definem as condições de acesso aos subsídios (no caso das bolsas de estudo) ou no reconhecimento que as entidades subsidiadas ou apoiadas financeiramente desempenham actividades de interesse municipal. Assim, prevê a alínea a) e d) do número quatro do artigo sessenta e quatro da mesma norma legal.-----

----- A concessão deste apoio poderia eventualmente enquadrar-se no apoio aos estratos sociais desfavorecidos ou dependentes (aliena do número quatro do artigo sessenta e quatro), pelos meios adequados (que poderia ser a concessão de empréstimo), mas tal possibilidade tem que estar regulamentarmente prevista e por essa via serem definidos os critérios de candidatura e os termos de concessão do apoio.-----

----- Que saibamos, não existe esse regulamento, pelo que essa possibilidade não existe.-----

----- Feito o enquadramento legal da questão, ainda assim, poderá sempre a Câmara, comprovado que seja a situação de carência do funcionário, a título excepcional e fundada em razões de natureza humanitária conceder um qualquer tipo de apoio, em particular financeiro.-----

----- Em todo o caso, nesse apoio, deverão ser avaliadas a viabilidade de atribuição de indemnização, o seu montante por relação com o montante do empréstimo solicitado.-----

----- Por fim, a atribuição do empréstimo, em princípio, deveria contemplar apenas o acréscimo de despesas a que o funcionário tenha ficado sujeito em virtude do acidente, ou redução de rendimentos derivada desse acidente, mas não deve servir, em princípio, para pagamento das despesas correntes". -----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha perguntou qual o vencimento que o funcionário auferia, se é menor ao que auferia quando de encontrava em actividade laboral.-----

----- O Senhor Presidente respondeu que a Câmara lhe está a pagar o ordenado como se estivesse no activo.-----

----- A Senhora Vereadora Manuel Cunha sugeriu a possibilidade de fazer pressão sobre a seguradora para que esta cumpra com os seus deveres.-----

----- A Câmara deliberou consultar a companhia de seguros sobre a indemnização. -----

----- GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL - Foi presente a comunicação interna do Gabinete de Acção Social, informando que Álvaro Caniço Baptista, residente na Rua dos Sobreiros em Frade de Cima, com sessenta e um anos de idade, vive só, numa casa a ameaçar ruína na morada acima indicada, frequentando o centro de dia da Associação de Famílias de Fazendas de Almeirim. Apenas tem como família a mãe, já de idade avançada e que se encontra num lar de idosos privado em Almeirim e uns primos que vivem em Fazendas de Almeirim. Devido ao afastamento geográfico solicita a colocação de contentor.-----

-----A Câmara deliberou verificar se o local pertence ao

Concelho de Almeirim e em caso afirmativo, comprar o contentor.-

----- TRANSFERENCIAS - A pedido das entidades a seguir indicadas a Câmara deliberou conceder as seguintes transferências:-----

----- Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, Secção de Andebol Sénior, mil e quinhentos euros para a sua actividade; Escola Muay Thai de Santarém mil quinhentos e cinquenta euros para gala realizada no dia dezasseis do corrente mês em Almeirim; Foot Kart dois mil duzentos e trinta e um euros e setenta e nove cêntimos, para inscrição de atletas; União Futebol Clube de Almeirim Secção de Karaté quinhentos euros, para o desenvolvimento dos atletas; Associação de Dança Desportiva de Santarém, setecentos e cinquenta euros para a realização da segunda eliminatória da Taça de Portugal em dança desportiva a ter lugar no pavilhão desportivo de Benfica do Ribatejo.-----

----- HORÁRIO DE ESTABELECIMENTO - Foi presente o ofício do Modelo de Almeirim, solicitando autorização para abertura do estabelecimento no dia vinte e um de Março, sexta-feira Santa, do corrente ano, no horário compreendido entre as nove e as vinte e três horas. -----

----- A Câmara deliberou autorizar a abertura pretendida e alargar aos restantes estabelecimentos do Concelho. -----

----- RAIZ DE PROPRIEDADE - Foi presente a carta de Falua, Sociedade de Vinhos, SA, solicitando a aquisição da raiz de propriedade do lote quarenta e cinco da Zona Industrial de Almeirim. É acompanhada de informação da Chefe de Repartição comunicando que o pedido é legalmente previsto com base nos termos do artigo trinta, número dois do Regulamento de Construção, Venda e Transmissão de Lotes na Zona de Actividades Económicas de Almeirim e que o preço de venda regulamentarmente previsto é de um euro e vinte e cinco por metro quadrado, sendo a competência para a resolução do pedido cometido à Câmara

Municipal nos termos do número dois do artigo trinta do referido Regulamento.-----

----- A Câmara deliberou vender a raiz da propriedade nos termos de Regulamento.-----

----- ZONA DE SERVIÇOS DE PAÇO DOS NEGROS - Foi presente a carta de Helena Maria Martinho Lopes Cláudio directora da Farmácia Central de Almeirim, solicitando que o lote trinta e três da Zona de Serviço de Paço dos Negros, inicialmente adquirido em nome da farmácia possa ser adquirido em seu nome individual. É acompanhado de informação da Chefe de Repartição do seguinte teor:" Por deliberação de trinta de Julho de dois mil e sete e a pedido da Farmácia Central de Almeirim, foi deliberado vender à peticionária o lote em epígrafe, com destino à instalação na localidade dum posto de medicamentos.-----

----- Este foi o primeiro passo com vista à obtenção de autorização para o efeito, por parte do Infarmed.-----

----- Vem agora a Directora Técnica e proprietária da Farmácia Central de Almeirim solicitar que o processo de venda decorra em seu nome pessoal.-----

----- A venda por adjudicação directa é da competência do executivo municipal, nos termos do parágrafo único do artigo terceiro do Regulamento para a Venda de Lotes de Terreno no Loteamento de Paço dos Negros.-----

----- O lote número trinta e três tem trezentos e setenta vírgula cinquenta metros quadrados, o preço de venda é de dez euros o metro quadrado, fixado pelo artigo dezoito do mesmo Regulamento e o total a pagar é de três mil setecentos e cinco euros, que pode ser repartido em duas prestações iguais, de acordo com o artigo sétimo da mencionada norma legal".-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu que a requerente deve informar se o terreno se destina ao mesmo fim e fazer prova a legitimidade do pedido.-----

----- A Câmara deliberou autorizar, desde que se destine ao mesmo fim, e prove a legitimidade do pedido.-----

----- PUBLICIDADE - O Senhor Vereador José Carlos Silva apresentou uma proposta da Santa Casa da Misericórdia de, Instituição Particular de Solidariedade Social, solicitando a isenção do pagamento da taxa referente à publicidade afixada na Praça de Touros, propriedade daquela Instituição.-----

----- A Câmara deliberou agendar o assunto para uma próxima reunião.-----

----- LOTEAMENTO DA RAPOSA - Foi presente a carta de Maria José Gomes Fitas e Carlos Alberto Parreira de Jesus Melro, comunicando e solicitando que: em vinte e sete de Abril de mil novecentos e noventa e nove adquiriram por doação da câmara Municipal de Almeirim um lote de terreno para construção urbana, designado por lote número cento e dez, com a área de trezentos e sessenta metros quadrados, sito no lugar e freguesia da Raposa, concelho de Almeirim. Para facilitar a partilha por divórcio pretendem obter a necessária autorização da Câmara Municipal de Almeirim, para transmitirem por doação o referido lote a Nélcio José Duarte Tomé e Céline Christine Santos da Costa.-----

----- É acompanhado de informação da Chefe de Repartição que a competência para autorizar a venda de lotes na Quinta de Santo António na Raposa, é cometida à Câmara Municipal de Almeirim, entidade doadora, que tal deixou estabelecido em cláusula limitativa mas não proibitiva, como se constata na cópia da escritura que anexa. No presente caso, os requerentes alegam que a transmissão inter vivos que pretendem efectuar é totalmente gratuita, o que este serviço não possui maneira de confirmar. Cabe à câmara considerar ou não, justificados os argumentos invocados para o efeito e autorizar a transmissão. Os requerentes cumpriram todos os pagamentos relativos a esta doação (quota-parte do custo das infra-estruturas). O prazo para aproveitamento do lote foi fixado em dois anos a contar de vinte e sete de Abril de mil novecentos e noventa e nove, findo o qual o lote poderia reverter para o Município.-----

----- A Câmara deliberou consultar a Junta de Freguesia, sobre se se trata de doação.-----

----- TRÂNSITO - A Câmara deliberou colocar a seguinte sinalização de trânsito: em Almeirim - passadeira e respectiva sinalização na Rua Nuno Álvares Pereira, próximo do cruzamento da Rua dos Aliados; em Fazendas de Almeirim, nos seguintes locais: lomba elevada com passadeira e respectiva sinalização, na Rua Dr. Miguel Gonçalves, frente ao abrigo de passageiros, junto ao cruzamento com a Rua Vinte e Quatro de Julho; lomba elevada com passadeira e respectiva sinalização na Rua do Santo Condestável, junto ao cruzamento com a Rua Vinte e Quatro de Julho, lomba/redutor de velocidade e respectiva sinalização na Rua vinte e quatro de Julho junto ao número cento e setenta e cinco, lomba elevada com passadeira com passadeira e respectiva sinalização na Rua Vinte e Quatro de Julho, junto ao número noventa e seis, próximo do cruzamento com a Rua Dr. Miguel Gonçalves e Rua do Santo Condestável; lomba elevada com passadeira e respectiva sinalização na Rua Vinte e Quatro de Julho, junto ao Lar de Idosos, próximo do número quarenta., ainda em Fazendas de Almeirim, na Rua Marechal Craveiro Lopes, lomba elevada com passadeira e respectiva sinalização, junto ao lote vinte e quatro A, próximo do cruzamento com a Estrada Velha dos Paços e lomba elevada com passadeira e respectiva sinalização junto ao número cento e quarenta e três.-----

----- JORNAL - Sob proposta do Senhor Vereador José Carlos Silva a Câmara deliberou conceder setenta e cinco por cento, de mil euros para execução de mil exemplares do jornal "O Charneco".---

-----A edição deste jornal já existiu e neste momentos, são os alunos da Escola Preparatória de Fazendas de Almeirim que pretendem fazê-lo reaparecer porque é um jornal que visa divulgar as tradições artísticas e culturais daquela freguesia.

----- COMISSÃO LIQUIDATÁRIA DA ALDESC, EM - O Senhor Presidente

apresentou a informação do gabinete jurídico da Autarquia, a seguir designada por proposta A, relativa à extinção da ALDESC, EM, liquidação, suprimimento de omissão da deliberação de extinção, cujo o teor se transcreve:-----

-----" **EXTINÇÃO DA ALDESC EM. LIQUIDAÇÃO. SUPRIMENTO DE OMISSÃO DA DELIBERAÇÃO DE EXTINÇÃO.**-----

-----Em vinte e dois de Outubro de dois mil e sete a Câmara deliberou, de acordo com as disposições conjugadas do número um do art. Quarenta e quatro da Lei nº cinquenta e três-F/dois mil e seis (vinte e nove de Dezembro), da alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro e da alínea um) do número dois do art. cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove (dezoito de Setembro) propor à Assembleia Municipal a extinção da ALDESC EM, com efeitos reportados a trinta e um de Dezembro de dois mil e sete.-----

-----A Assembleia, na sua reunião de dezasseis de Novembro de dois mil e sete, deliberou a extinção da empresa nos termos propostos pela Câmara.-----

-----Todavia, ainda que fosse reconhecido por todos a necessidade de nomeação de uma comissão liquidatária e do estabelecimento de um período de transição (que se entendia ser razoável ser de seis meses) para se proceder à liquidação da empresa, mediante a progressiva transferência das actividades desempenhadas pela EM para o Município e recursos humanos associados e contratos diversos de fornecimento e prestação de serviços, a proposta camarária e consequente deliberação da Assembleia, por manifesto lapso, não prevêem expressamente qualquer período de transição nem a nomeação da comissão liquidatária.-----

-----Pretende-se rectificar aquele lapso e a omissão a que o mesmo deu consequência, esclarecendo o sentido da proposta que o Executivo aprovou na sua reunião de vinte e dois de Outubro de dois mil e sete de modo a que também a Assembleia Municipal possa rectificar o referido lapso e consequente omissão e, deste modo, ficar esclarecido que se pretendia nomear uma comissão

liquidatária e estabelecer o prazo de duração do período de transição para realização da liquidação.-----

-----Porque de um lapso se trata, deve a deliberação municipal e consequente deliberação da Assembleia Municipal, referir que o período para se proceder à liquidação se reporta ao dia seguinte à data da extinção da empresa, ou seja, um de Janeiro de dois mil e oito.-----

-----Não existe qualquer impedimento legal a que a Câmara e a Assembleia Municipal possam suprir uma qualquer deficiência de um qualquer acto ou deliberação.-----

-----Assim, afigurando-se legal, nada obsta a que a Câmara, verificando a omissão supra referida, delibere propor à Assembleia Municipal que esta, suprimindo a omissão da anterior deliberação de dezasseis de Novembro de dois mil e sete onde foi deliberada a extinção da ALDESC EM, venha nomear uma comissão liquidatária e fixar um prazo para a concretização de todos os actos necessários à liquidação da empresa extinta, contado a partir do dia seguinte ao da extinção da empresa.-----

-----Deste modo, se propõe a seguinte minuta de deliberação da Câmara:-----

-----**PROPOSTA¹**-----

-----Considerando que em dezasseis de Novembro de dois mil e sete a Assembleia Municipal deliberou, por proposta da Câmara, a extinção da ALDESC, EM a partir de trinta e um de Dezembro de dois mil e sete;-----

-----Considerando a necessidade de se proceder à liquidação da empresa mediante a progressiva transferência das actividades desempenhadas pela EM para o Município e recursos humanos

¹ Esta proposta pode ser adoptada, com as necessárias adaptações, para a deliberação da Câmara onde a mesma seja aprovada. O que há a modificar é, na parte relativa à proposta propriamente dita, se substitua a expressão "...a Câmara...complementares" pela expressão "...a Câmara aprova para propor à Assembleia Municipal que esta suprimindo o lapso (omissão) da deliberação de 16.11.2007 que, a partir de 31.12.2007, extinguiu a ALDESC EM, tome as seguintes deliberações complementares:" suprimindo o lapso (omissão) da deliberação de 16.11.2007 que, a partir de 31.12.2007, extinguiu a ALDESC EM, sejam tomadas as seguintes deliberações complementares

associados e contratos diversos de fornecimento e prestação de serviços;-----

-----Considerando que essa necessidade era por todos reconhecida;-----

-----Considerando que, por lapso, da deliberação da Câmara de vinte e dois de Outubro de dois mil e sete onde foi aprovada a proposta de extinção da empresa e consequente deliberação da Assembleia Municipal, não consta a nomeação da Comissão liquidatária nem o estabelecimento do prazo para essa liquidação."-----

-----Considerando a necessidade de colmatar aquela omissão, designando a comissão liquidatária e o prazo para a liquidação da empresa,-----

-----Nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas do número um do art. Quarenta e quatro da Lei número cinquenta e três-F/ dois mil e seis (vinte e nove de Dezembro), da al. a) do número seis do art. Sessenta e quatro e da al. um) do número dois do art. cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove (dezoito de Setembro), a Câmara propõe à Assembleia Municipal que, suprindo o lapso (omissão) da deliberação de dezasseis de Novembro de dois mil e sete que, a partir de trinta e um de Dezembro de dois mil e sete, extinguiu a ALDESC EM, sejam tomadas as seguintes deliberações complementares:-----

-----Que o Conselho de Administração da ALDESC EM assuma as funções de comissão liquidatária, a partir da data de extinção da empresa;-----

-----Que seja fixado em seis meses, a partir do dia seguinte ao da extinção da empresa, o prazo para se proceder à respectiva liquidação."-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha apresentou uma proposta alternativa, à proposta acima indicada, que adiante se designa por proposta B, do seguinte teor: "Proposta alternativa da CDU para nomeação da Comissão Liquidatária da ALDESC, EM" - "Para que a extinção da ALDESC decorra com a maior transparência e no

maior rigor, proponho:-----
----- Um - Que a Comissão Liquidatária seja composta por cinco pessoas de reconhecida idoneidade, nomeadas pelas quatro forças políticas com assento na Assembleia Municipal.-----
-----Dois - Na seguinte proporção: duas pessoas nomeadas pelo PS, uma pela CDU, uma pelo PSD e uma pelo CDS".-----
-----O Senhor vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que a proposta de extinção da ALDESC; EM que tinha sido aprovada foi a do Dr. Armindo Bento e não se sente com vontade de votar uma coisa que não foi presente na Assembleia Municipal, a qual não lhe foi dada a possibilidade de contribuir para a esclarecer. --
----- O Senhor Presidente referiu que a proposta aprovada na Assembleia Municipal foi sujeita a parecer da DGAL e da CCRLVT, tendo sido enviado a estas entidades os pareceres apresentados.-
----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que os juristas são a favor da integração dos funcionários da empresa no quadro da Autarquia.-----
----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu o seguinte: "O Sr. Presidente da Câmara Municipal vem hoje apresentar uma proposta de nomeação de uma Comissão Liquidatária da ALDESC-EM e pede também para se definir o prazo para proceder a esta liquidação.-----
-----Estas propostas chegam exactamente com quatro meses de atraso, segundo o PS, por lapso.-----
-----Não posso concordar. Aqui não houve lapso nenhum. Houve incompetência e incapacidade de ouvir outras opiniões.-----
-----A quinze de Outubro de dois mil e sete quando o PS apresenta a proposta de Extinção da empresa considere, tal como se pode verificar na Acta dessa reunião, que não estavam criadas as condições para essa extinção, visto que nada tinha sido definido em relação aos trabalhadores e aos procedimentos legais a cumprir. O assunto foi então adiado e remetido para a reunião seguinte que decorreu a vinte e dois de Outubro. Já com a reunião a decorrer, foi entregue aos membros do Executivo, um parecer do jurista com os procedimentos legais a seguir, não

permitindo a sua análise. Por isso, na declaração de voto que fiz, afirmo que não estavam reunidas as condições para deliberar sobre a extinção de empresa. E que ao decidir avançar com a extinção naquela data, se estava a caminhar pelos trilhos da falta de rigor, irresponsabilidade e obscuridade que caracterizaram a gestão da ALDESC.-----

-----Depois a Vereadora da CDU referiu-se à proposta alternativa por si apresentada e mostrou-se aberta a alterações da composição para que o PS tivesse maioria absoluta na Comissão Liquidatária."-----

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício considera que deveria ser tido em conta todas as despesas e fosse ponderada a continuidade da empresa. A extinção foi um capricho com prejuízos. No primeiro ponto existe uma consideração que não deveria ter sido posta em causa, e questiona se os membros que fazem parte do Conselho de Administração da empresa e simultaneamente são membros do executivo se continuam a votar nas duas situações. -----

----- Postas à votação as duas propostas, foi a proposta A, com a alteração do período de seis meses para um ano, votada com três votos a favor do Senhor Presidente, Vice Presidente e Vereador José Carlos Silva, três votos contra da Senhora Vereadora Manuela Cunha e dos Senhores Vereadores Francisco Maurício e Pedro Pisco dos Santos.-----

----- A proposta B foi votada com o resultado de quatro votos contra do Senhor Presidente, Vice Presidente e Vereadores José Carlos Silva e Francisco Maurício um voto a favor da Senhora Vereadora Manuela Cunha e uma abstenção do Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto:" Voto contra e faço voto de vencido em relação a esta decisão porque mais uma vez os procedimentos legais, o rigor, os prazos e os legítimos interesses dos trabalhadores são considerados irrelevantes neste processo. Em consonância com todas as minhas posições anteriores voto contra

e faço voto de vencido nesta e em todas as matérias que visem a caprichosa e desnecessária extinção da Empresa Municipal da Empresa Municipal Aldesc, EM".-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos ditou a seguinte declaração de voto: "Voto contra e faço voto de vencido por entender que a proposta que foi aprovada na Assembleia Municipal não foi a da Câmara Municipal mas sim a proposta apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal. Nessa medida a proposta que deveria ser corrigida não era a proposta da Câmara mas sim a que foi apresentada na Assembleia Municipal. Alerto para o facto que o PSD aquando da discussão da extinção da empresa Municipal tinha chamado a atenção para os procedimentos que deveriam ser adoptados para a efectivação da Empresa Municipal. O PSD espera em todo este processo que os direitos dos trabalhadores sejam sempre aguardados".-----

-----Às dezasseis horas e cinquenta e dois minutos saiu o Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha fez voto de vencido em relação à proposta A apresentada pelo PS pelas seguintes razões: "Voto contra e faço voto de vencido a Comissão Liquidatária da ALDESC subscrita pelo Presidente da Câmara e Vereadores do PS pelas seguintes razões:-----

-----Primeiro - Porque esta proposta vem tarde e em más horas, e não por lapso como é afirmado, mas sim por incompetência e falta de rigor. Na devida altura, quando da apresentação pelo PS da proposta de extinção da empresa, nas duas reuniões que abordaram este tema e ainda por carta ao Presidente alertei para a necessidade de clarificar, antes de deliberar, todos os procedimentos a seguir, entre os quais este se inclui. -----

-----Segundo - Voto ainda contra, por ter sido rejeitada pelos eleitos nas listas do PS, a proposta alternativa da CDU relativa à composição da Comissão Liquidatária. O que traduz claramente a intenção do PS em levar para a frente a extinção da empresa da

mesma forma que a geriu, isto é, com falta de transparência. Estamos mais uma vez perante uma situação inadmissível de "juízo em causa própria", o Conselho de Administração que tem gerido a empresa vai virar Comissão Liquidatária e depois os seus membros irão no seio do Executivo, do qual fazem parte, aprovar as suas próprias propostas. Para além da falta de transparência que esta desta situação revela, tenho também grandes dúvidas sobre a sua legalidade."-----

-----Tendo em conta o voto de qualidade do Senhor Presidente, foi a proposta A aprovada por maioria. -----

-----Às dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos saiu o Senhor Vereador Francisco Maurício. -----

-----ATRIBUIÇÃO DE DISTINÇÃO - O Senhor Presidente apresentou a proposta de atribuição de distinção ao Dr. Sebastião Honorato que a seguir se transcreve: "Considerando que o Dr. Sebastião Marques Honorato tem sido um ilustre advogado, natural da Freguesia da Raposa e do Concelho de Almeirim;-----

-----Considerando que aquele Almeirinese atingiu na sua carreira Académica e Profissional patamar de relevo a nível Nacional e Internacional, com lugares de destaque na Ordem dos Advogados mas também na União Europeia;-----

-----Considerando que o alto desempenho das missões que assumiu levou a que S. Ex^a o Sr. Presidente da Republica Dr. Jorge Sampaio em Março de dois mil e seis lhe tenha atribuído o Grau de 'Comendador da Ordem de Mérito' e o Bastonário da Ordem dos Advogados em Dezembro de dois mil e sete lhe atribuiu a 'Medalha de Honra da Ordem dos Advogados';-----

-----Considerando que a par destas distinções sempre foram realçadas as suas origens de Almeirinese;-----

-----Proponho:-----

-----Que ao Dr. Sebastião Marques Honorato seja atribuída a medalha de Honra do Concelho de Almeirim".-----

-----Posta à votação por escrutinou secreto, foi a mesma

aprovada por maioria com quatro votos a favor.-----

-----Às dezassete horas e cinco minutos retomou o lugar o Senhor Vereador Francisco Maurício. -----

-----ADESÃO À AMPV - O Senhor Presidente apresentou os procedimentos necessários para adesão à Associação Municípios Portugueses do Vinho.-----

-----Posta à votação a proposta de adesão, foi a mesma aprovada por maioria com o voto contra do senhor Vereador Francisco Maurício. -----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto: " voto favoravelmente porque considero que seria desfavorável para os produtores de vinho de Almeirim e para as marcas da nossa terra, que ficássemos fora desta associação que vai promover eventos e vai ser tida como um parceira para o futuro, na qual ficaríamos à margem se não aderissemos, no entanto considero que esta adesão não nos deve inibir de todo um trabalho no sentido da afirmação dos vinhos do nosso concelho e da nossa região."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto: " Em relação a esta adesão gostaria antes de decidir, de saber qual é a opinião dos nossos produtores. Parece-me imprescindível para assinar um protocolo desta natureza ouvir os mais interessados neste assunto, como é o caso das adegas cooperativas e dos produtores particulares. Sem o parecer destas instituições voto contra e faço voto de vencido."-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto:" Pese embora todas as reservas em relação à constituição de uma Associação Nacional porque gostaria mais de participar numa Associação de âmbito regional que catapultasse os vinhos do Ribatejo. Reconheço que ficar de fora desta Associação resultaria em prejuízo para os nossos produtores porque ficariam privados de ver os seus vinhos representados em eventos que esta

Associação viesse a promover."-----

-----ALTERAÇÃO AO ARTIGO 34 DO REGULAMENTO DO PU - Foi presente a informação interna do Senhor Arquitecto Artur Sampaio, relativa à alteração do artigo trinta e quatro do Regulamento do Plano de Urbanização.-----

-----Posta á votação foi a mesma aprovada por maioria com os votos a favor do senhor Presidente, Vice-Presidente, Vereador José Carlos Silva e Vereador Francisco Maurício e o voto contra da Senhora Vereadora Manuela Cunha que leu a seguinte declaração de voto: "Voto contra e faço voto de vencido pelas questões de forma e de conteúdo seguintes:-----

1º - A proposta aparece como vinda do Arquitecto Sampaio, mas este não tem poderes de agendamento. Deveria vir subscrita pelo Presidente ou por algum dos Vereadores do PS.-----

2º - A CDU vota em coerência com a posição que tomou quando, no mandato passado, foi apresentada pelo PS a alteração ao PU que abriu a possibilidade de construção/ocupação, do quinto piso (mesmo que sobre forma de sótão). Considerando a CDU que esta proposta iria não só contribuir para aumentar a altura da construção e a densidade populacional nas zonas já consolidadas da Cidade com todas as implicações que isto tem, em particular para o estacionamento e para o trânsito, como iria também agravar os contrastes entre construções de diferentes alturas, acentuando a desarmonia já existente. Situações que se estão agora a verificar. Mais, para a CDU a alteração do mandato anterior que serve agora de pretexto para esta, consubstanciou uma violação à Lei, não se podendo na altura fazer alterações ao PU deste tipo.-----

-----3º - A CDU considera ainda que excedendo a oferta habitacional em Almeirim em muito sobre a procura não existia, aquando da anterior alteração, como agora, qualquer necessidade de agravar a densidade populacional, em particular nas zonas consolidadas da Cidade, com medidas como a que é aqui proposta.

A CDU é contra o quinto piso em zonas consolidadas, seja ele sobre forma de telhado inclinado ou a direito.”-----

-----O Senhor Presidente referiu: “ É para mim impensável que o Senhor Arquitecto Sampaio mandasse para apreciação do executivo um documento contendo ilegalidades.”-----

-----CEDENCIA DE TERRENOS - O Senhor Presidente apresentou para apreciação a proposta alternativa de cedência de terrenos ou pagamento de compensação no loteamento localizado na Rua Direita em Foros Velhos em Foros de Benfica requerido por Predialmeirim Sociedade Imobiliária de Almeirim, Limitada.-----

-----É acompanhado de informação do Senhor Arquitecto Forte do seguinte teor: “ Em cumprimento do despacho do Sr. Presidente de vinte e sete de Novembro de dois mil e sete, vem a requerente apresentar projecto de loteamento (desenho urbano) corrigido, no sentido de prever a implementação de um passeio e uma faixa de estacionamento ao longo de toda a parcela a lotear.-----

-----Assim, na sequencia das anteriores informações técnicas, não se vê inconveniente na aprovação da fase de desenho urbano deixando-se uma vez mais à consideração da Ex^a Câmara a aceitação do pagamento sob a forma de compensação das áreas de cedência para zonas verdes e equipamentos de utilização colectiva referentes a duzentos e cinquenta e dois metros quadrados.-----

-----Com a aprovação do desenho urbano, deverá ser notificado o requerente para apresentar os projectos de infraestruturas referentes aos estacionamentos, passeios e drenagem pluvial (incluindo caderno de encargos, mapa de medições e orçamento) de suporte ao licenciamento das obras de urbanização.”-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu que a CDU considera que os espaços públicos são fundamentais no desenvolvimento urbano, por isso a lei criou esta cedência. E acrescentou que por sistema a maioria PS na Câmara de Almeirim tem vindo a prescindir desses espaços públicos e o promotor da obra dá-se ao luxo de afirmar na memória descritiva “A freguesia

de Benfica do Ribatejo, possui um conjunto de serviços e equipamentos de utilização colectiva que dispensam a necessidade de dimensionamento deste equipamento neste estudo de urbanização. -----

----- Considerando que o Loteamento está integrado numa zona bastante arborizada, não se criou qualquer espaço verde público.". Há aqui uma inversão no espírito da lei. A freguesia de Benfica do Ribatejo carece de muitos equipamentos que fazem falta aquelas populações como é o caso de jardim infantil e casa mortuária. Por isso, pela sua parte, vota contra esta proposta, porque nos Foros não existem tantos equipamentos como isso.-----

-----O Senhor Presidente sugere que seja negociado com o proponente do terreno, outro terreno nestas imediações de modo a poder ser construída uma casa mortuária naquela freguesia.-----

-----A Câmara deliberou aceitar a proposta do senhor Presidente por unanimidade.-----

----- COMPRA DE HABITAÇÃO - Foi presente a informação do Senhor Presidente, comunicando que, Aníbal Martins Correia proprietário do prédio urbano sito na freguesia de Benfica do Ribatejo, e inscrito na matriz sob o artigo dois mil e dezasseis da mesma freguesia tem a intenção de vender a citada residência. Com esta venda pretende despejar até em vinte e três de Fevereiro de dois mil e oito a sua inquilina Maria José Galveias e a sua família, porque têm as rendas em atraso. -----

----- Põe-se a hipótese de a Câmara adquirir a habitação pelo valor de dezasseis mil seiscentos e setenta euros e sessenta cêntimos, e a arrendar em regime de habitação social para evitar este despejo. -----

----- A Câmara deliberou aprovar por unanimidade e adquirir a casa pelo valor acima indicado, mais duzentos e trinta euros de agravamento por mês em caso de demora na escritura.-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha refere que vota favoravelmente a proposta apresentada mas que a condiciona à clarificação de algumas questões, nomeadamente a situação do

vendedor com o fisco, entre outras, reservando-lhe a posição
agora tomada.-----

-----1 - OBRAS PARTICULARES-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu
conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr.
Presidente em projectos de arquitectura respeitantes aos
processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de
competências:-----

----- Maria Pereira Alves, duzentos e noventa e três de dois mil
e seis; Cartario Pinto - Construções, Lda, trinta e seis;
Cartario Pinto - Construções, Lda, trinta e sete; Josué Batista
Tomé, duzentos e oitenta e cinco; António Calado Colaço,
trezentos e cinquenta e seis; Beatriz Pereira Caniço Ervideira,
trezentos e oitenta e um; Sandro Emanuel Rocha Fonseca,
trezentos e sessenta e nove; Herdeiros de António Reguinga dos
Santos, duzentos e noventa e cinco, todos de dois mil e sete;
Josué Batista Tomé quinze de dois mil e oito; Cármen Isabel
Jorge Pedro, trezentos e trinta e oito, Ricardo José Pedro
Mesquita, trezentos e noventa; Francisco Cláudio Rosa Lopes,
trezentos e oitenta e nove, todos de dois mil e sete.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos
despachos de deferimento proferidos em sede de projectos
globais, referentes aos processos de obras a seguir indicados,
ao abrigo da delegação de competências:-----

----- Manuel António Fulgêncio dos Santos Caniço, trezentos e
dezoito; L.Pimenta - Investimentos Imobiliários, Sociedade
Unipessoal, Lda, trezentos e oitenta e sete; L.Pimenta -
Investimentos Imobiliários, Sociedade Unipessoal, Lda, trezentos
e oitenta e oito, todos de dois mil e sete; Manuel Ribeiro
Caniço, doze de dois mil e oito; Carlos Alberto Matias Vital,
duzentos e oitenta e três A de dois mil e quatro; Maria
Guilhermina Florêncio Botas, oitenta e três; Ana Catarina

Estudante Viegas, trezentos e noventa e três; Luís Filipe da Silva Fidalgo, trezentos e setenta e nove; Sandra Isabel Mercê Ramos, cento e cinquenta e cinco; Cármen Isabel Jorge Pedro, trezentos e trinta e oito, todos de dois mil e sete; Madalena Cardos das Neves Batista, trezentos e seis A de dois mil e cinco; Filipa Isabel da Silva Sereno, sessenta e cinco de dois mil e sete.-----

-----Às dezoito, conforme está previsto no Regimento, o Senhor Presidente saiu da sala.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha pediu para retirar os seus pontos da Ordem de Trabalhos, e afirmou que o Senhor Presidente introduziu um ponto que não estava previsto, e quando o fez comprometeu-se a ir até ao fim da Ordem de Trabalhos, o que não quer e falar das águas do Concelho e prestar informações sobre essa matéria, compreendendo-se porquê, para bom entendedor meia palavra basta, neste caso as interrupções antes dos meus agendamentos, basta.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que o Regimento é para cumprir, a Senhora Vereadora é que, e como sempre, nunca cumpre o tempo regulamentarmente imposto, pois se cumprisse, tratar-se-iam todos os assuntos agendados.-----

-----Às dezoito horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que mandei lavrar e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara,

A Assistente Administrativa
